

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.674 - RJ (2019/0298938-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : **FRIZZ SERVICOS AEREOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **CESAR RODRIGO NUNES - SP260942**  
                  : **ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385**  
                  : **JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406**  
                  : **TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730**  
                  : **MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DUQUE DE CAXIAS - RJ**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR**  
**INTERES.** : **JOAO NUNES DA SILVA FILHO**

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante FRIZZ SERVICOS AEREOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DUQUE DE CAXIAS - RJ e o JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR.

**Ação em trâmite no JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DUQUE DE CAXIAS - RJ:** recuperação judicial da suscitante.

**Ação em trâmite no JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR:** reclamação trabalhista ajuizada por JOAO NUNES DA SILVA FILHO.

**Conflito de competência:** alega, em síntese, que o juízo da recuperação judicial é o como único competente para decidir sobre atos de execução, constrição ou expropriação do patrimônio da recuperanda. Pleiteia, liminarmente, seja reconhecido "o Juízo 2ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias/RJ, como único competente para decidir sobre atos de execução, constrição ou expropriação do patrimônio da Recuperanda, mormente aos ativos essenciais, como *in casu*, anulando-se, em caráter imediato, o teor decisório exarado pelo Suscitado, no sentido de levantar as restrições que acometem a aeronave", bem essencial à atividade da empresa em recuperação.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDO.**

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, 1ª Seção, DJe de 19/09/2008; e CC 106768/RJ, 2ª Seção, DJe de 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR não detém competência para dar continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da empresa suscitante.

Forte nessas razões, DEFIRO o pedido liminar a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR, de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante, designando, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DUQUE DE CAXIAS - RJ para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora